



# Morfologia e Padrões de renda nas cidades brasileiras: limites e questões

Morfology and Income patterns in Brazilian cities: boundaries and questions

*Jonathas Magalhães pereira da Silva, Prof. Dr. do POSURB - PUC-Campinas, jonathas.silva@puc-campinas.edu.br*

*Ana Carolina Vieira Gonçalves, Iniciação Científica PUC-Campinas, carolinagoncalves.av@gmail.com*

*Camila Galli Romera, Iniciação Científica PUC-Campinas, camilagalli1@gmail.com*

## Resumo

O presente trabalho objetiva compreender, especificamente, as relações existentes entre a espacialização das diferentes rendas familiares sobre o território. Considerando que a sociedade brasileira é caracterizada pela concentração de renda, torna-se pertinente verificar a influência dos padrões de renda na constituição da forma urbana. Este artigo contribui para a discussão referente ao papel dos agentes produtores na constituição da forma e do sistema de espaços livres. A pesquisa desenvolveu mapas de renda para as 166 cidades brasileiras. Na análise comparativa entre municípios pode-se identificar sete padrões distintos de distribuição de renda nas cidades estudadas. Estes grupos parecem ter distintas formas de influência sobre a constituição da forma urbana e do sistema de espaços livres. Os resultados apontam padrões que passam a ser considerados na discussão da Forma Urbana.

**Palavras Chave:** gestão urbana, renda, morfologia, forma urbana

## Abstract

This study aims to understand, specifically, the relationship between the spatial distribution of different household incomes on urban territory and the urban form resulting. Considering that Brazilian society is characterized by the concentration of income, it is pertinent to verify the influence of income standards in the constitution of the urban form. This paper contributes to the discussion on the role of producing agents in the constitution of form and open spaces system. The research developed income maps for 166 Brazilian cities. In the comparative analysis between municipalities we could identify seven city patterns. These groups seem to have different forms of influence on the creation of open spaces system. The result indicates patterns that could assist in the discussion of the Urban Form.

**Keywords:** Management and regionality; income; morphology; urban form

## INTRODUÇÃO

**A**ntes de iniciar a leitura segue um alerta: o presente texto é uma obra em aberto e como tal deve avançar nas questões aqui compartilhadas à medida que pesquisas, interessadas no tema, caminharem no processo analítico<sup>1</sup>. O texto apresenta uma análise dos dados referentes às rendas coletadas pelo IBGE no censo de 2010. Na busca por identificar possíveis relações existentes entre as localizações das rendas e a forma urbana deparamo-nos com uma série de questões que passamos a compartilhar.

Com a formação de arquiteto urbanista nos interessa discutir os processos espaciais e sociais que impactam na maneira do sujeito viver nas cidades e por consequência na forma urbana. Temos por meio desta formação domínio em analisar os suportes físicos, palcos das disputas sociais. Temos desenvolvido pesquisas que problematizam a interação entre suporte físico e os pactos sociais que acabam por resultar em normas e legislações urbanas assim como nas formas de gestões e políticas públicas que incidem sobre a cidade.

Devemos ainda alertar que é esperado que algumas das questões aqui colocadas devem encontrar suas respostas em outras áreas das ciências como a Demografia ou a Economia, das quais não temos domínio. Desta forma os esforços por lançar estas questões, por meio do presente texto, têm como objetivo promover o intercâmbio dos saberes.

A percepção da importância de incorporar dados de renda para discutir a forma urbana da cidade se baseia em diferentes autores (MALDONADO, 2007; SINGER, 1979; VILLAÇA, 2001) e surgiu de forma premente quando se identificou a necessidade do desenvolvimento de um método de análise que incorporasse aspectos da leitura morfológica (LAMAS, 1992) e dos suportes físicos com dados socioeconômicos. Este esforço de relacionar diferentes dimensões vem sendo feito por diferentes pesquisas que analisam a forma urbana, por exemplo em pesquisa desenvolvida sobre a Região Metropolitana de Campinas foram incorporados dados de mobilidade e de valor do solo urbano (SILVA, MAGALHÃES, 2013) para a discussão da forma urbana e da paisagem resultante. O presente texto é fruto do esforço de incorporar os dados de renda na análise.

O objetivo foi analisar as coexistências de diferentes faixas de renda em um mesmo setor censitário e relacionar com as características da forma urbana. Portanto não se estava interessado a princípio em precisar as rendas e sim localizar, caracterizar a distribuição de renda sobre o território municipal e metropolitano e relaciona-la se possível com padrões resultantes.

Para entender essa relação faz-se necessário levar em conta como ocorrem os processos decisórios de intervenção, portanto não basta entender seus aspectos físicos, mas sim, compreender como processo e produto constituem a paisagem contemporânea das cidades brasileiras. A contribuição da presente investigação foi de organizar os mapas de renda para os 166 municípios distribuídos por 23 estados brasileiros, estudados pela pesquisa principal. Neste percurso uma série de indagações ajudaram a avançar nos procedimentos metodológicos de análise.

---

<sup>1</sup> As questões aqui apresentadas são fruto de pesquisa apoiada pelo CNPq por meio do edital universal intitulado “Os Papeis Dos Investimentos Públicos: Uma Análise Do Sistema De Espaços Livres e da Habitação de Interesse Social na Constituição da Forma Urbana” que se insere dentro do Projeto Temático FAPESP denominado “Os sistemas de Espaços livres na Constituição da Forma Urbana no Brasil: Produção e Apropriação QUAPA-SEL II – Quadro do Paisagismo – Sistema de Espaços Livres” (MACEDO et al, 2008)

O texto apresenta os resultados analíticos dos mapas gerados a partir do arquivo de “Renda da Pessoa Responsável do domicílio” disponibilizado pelo censo de 2010 do IBGE. Identificamos sete padrões distintos de distribuição.

O texto se desenvolve de forma a: a) apresentar os padrões identificados; b) problematizar os padrões que causam estranheza por divergirem da média nacional; c) apresentar o caso da Região Metropolitana de Curitiba comparando os diferentes resultados obtidos quando se utilizam os dados de “Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita” ou quando se adotam os dados de “Renda da Pessoa Responsável pelo Domicílio”. Finalmente, por meio dos estudos de caso, faz-se uma análise das relações percebidas entre o mapa de distribuição das rendas, desenvolvidos pelos autores, e o mapa que da forma urbana dos municípios<sup>2</sup>.

Com o objetivo de contribuir para o entendimento da diversidade de situações dos municípios brasileiros desenvolveu-se mapas de renda de municípios de 23 estados da federação. Foram elaborados mapas de renda para 28 municípios estudados isoladamente, 5 regiões metropolitanas totalizando 131 municípios e a região localizada entre as regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas composta por 7 municípios, que fomentara a discussão a respeito da chamada megametrópole paulista estudada pelo grupo (BENFATTI, QUEIROGA E SILVA, 2010).

Municípios estudados isoladamente:

1. Belém – Pará
2. Brasília – Distrito Federal
3. Campina Grande - Paraíba
4. Campo dos Goytacazes - Rio de Janeiro
5. Campo Grande – Mato Grosso do Sul
6. Criciúma – Santa Catarina
7. Curitiba – Paraná
8. Florianópolis – Santa Catarina
9. Fortaleza – Ceará
10. Goiânia – Goiás
11. João Pessoa – Paraíba
12. Macapá – Amapá
13. Maceió - Alagoas
14. Manaus – Amazonas
15. Maringá – Paraná
16. Natal – Rio Grande do Norte
17. Palmas – Tocantins
18. Recife - Pernambuco
19. Rio Branco – Acre
20. Rio de Janeiro - Rio de Janeiro
21. Salvador - Bahia
22. Santa Maria – Rio Grande do Sul
23. São Carlos - São Paulo
24. São Luís – Maranhão
25. Sorocaba - São Paulo
26. Uberaba - Minas Gerais
27. Uberlândia - Minas Gerais

---

<sup>2</sup> Os mapas morfológicos foram produtos da pesquisa temática FAPESP desenvolvida pelo laboratório Quadro do Paisagismo – Sistema de Espaços Livres da FAUUSP.

28. Vitória - Espírito Santos

Regiões metropolitanas:

1. Região Metropolitana de Curitiba – Paraná – (29 municípios)
2. Região Metropolitana de Belo Horizonte - Minas Gerais – (34 municípios)
3. Região Metropolitana de Campinas – (20 municípios)
4. Região Metropolitana da Baixada Santista – (9 municípios)
5. Região Metropolitana de São Paulo – (39 municípios)

Regiões de interesse:

1. Região localizada entre as regiões metropolitanas de Campinas e São Paulo

## **ANALISE DOS MAPAS DE “RENDA DA PESSOA RESPONSÁVEL”**

Optou-se por trabalhar com os dados de “renda da pessoa responsável” do domicílio. Imaginava-se que por meio deste dado fosse possível identificar as diferenças de renda dos responsáveis de forma a que essas rendas não fossem mascaradas pela média domiciliar, isto é, pela renda per capita domiciliar. Tomou-se como pressuposto que desta forma as altas, médias e baixas rendas mostrariam com mais eficiência o processo de segregação urbana relacionando a renda do responsável diretamente com as localizações de melhor acesso a oferta de emprego e outras formas de geração de renda da cidade. Veremos que os resultados obtidos nem sempre confirmam essas hipóteses. A razão do interesse em trabalhar com a renda monetária se deve pelo fato que teoricamente esta deveria acompanhar as oportunidades de renda (CANO, 2008). Cabe deixar claro que não se espera que os mapas gerados venham indicar onde estariam localizadas as populações mais empobrecidas ou vulneráveis. Para conseguir identificar essas localizações outros dados teriam que ser considerados.

Os mapas foram desenvolvidos de forma a indicar 1 (um) ponto para um determinado número de domicílios cujos os responsáveis pelo domicílio têm a mesma renda. Desta forma é possível perceber a composição de renda dentro de cada setor censitário. Na maioria dos mapas utilizou-se o agrupamento de 50 domicílios, entretanto conforme a dimensão e densidade do município foram utilizadas outras grandezas com o objetivo de melhor revelar a realidade. Estas variações constam sempre das legendas dos mapas. Cabe ainda dizer que os pontos ficam distribuídos nos setores censitários correspondentes de forma a evitar sobreposições. Por fim vale alertar que as escalas utilizadas variam conforme a dimensão dos municípios de forma a todos caberem em uma folha A0, conforme indicado em cada mapa.

Na análise comparada dos mapas de renda desenvolvidos para as cidades mencionadas foi possível identificar diferentes padrões de distribuição de rendas sobre o território. Interessa-nos saber se os padrões identificados nos revelam aspectos da forma urbana.

Apresentamos a seguir sete padrões identificados a partir da análise dos mapas desenvolvidos por meio dos dados de “Renda da Pessoa Responsável” do domicílio disponibilizados pelo censo de 2010 do IBGE por setor censitário.

Cada um dos sete padrões se diferencia muito quanto à distribuição das rendas sobre o espaço municipal caracterizando cada setor pelos diferentes padrões que se expressam por::

- Médias e altas rendas se concentram em áreas bem definidas formando um único núcleo.
- Médias e altas rendas se concentram ao longo de uma linha ou vetor.
- Médias e altas rendas se concentram em núcleos distantes do centro.
- Baixas e Médias rendas são preponderantes.
- Municípios com grandes territórios. Destacam-se pelo isolamento e pequenas concentrações em mais de um núcleo urbano.
- Municípios com dois núcleos: um predominado pela baixa renda e outro com medias e altas rendas.
- Preponderâncias de médias e altas rendas uniformemente distribuídos pelo território municipal havendo uma redução sensível das baixas rendas.

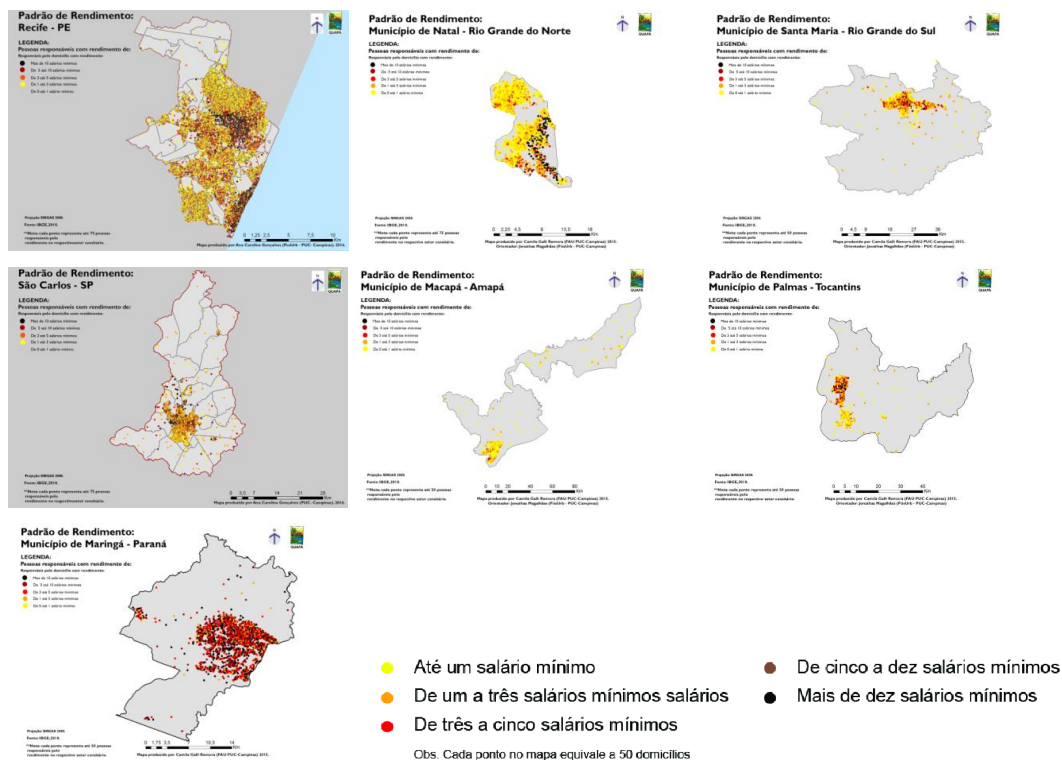


Figura 01: Exemplo dos padrões identificados: a) Recife – PE; b) Natal – RN; c) Santa Maria – RS; d) São Carlos – SP; e) Macapá – AP; f) Palmas – TO; g) Maringá – PR;

## MÉDIAS E ALTAS RENDAS DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELOS DOMICÍLIOS EM UM ÚNICO NÚCLEO.

É o tipo de distribuição mais esperado em uma sociedade com grandes concentrações de renda e forte segregação sócio-espacial. As médias e altas rendas se encontram localizados de forma concentradas em pontos da cidade. A localização dos melhores empregos, e conseqüentemente melhores rendas dos responsáveis, parecem estar associados às áreas de maior renda domiciliar per capita, este é o caso de Belo Horizonte – MG; Recife – PE; Campo Grande – MS; Goiania - GO, Salvador - BA, Brasília - BR, Vitória - ES, Maceió - AL, e Sorocaba - SP. Sendo Sorocaba a única cidade que não é capital de seu estado.

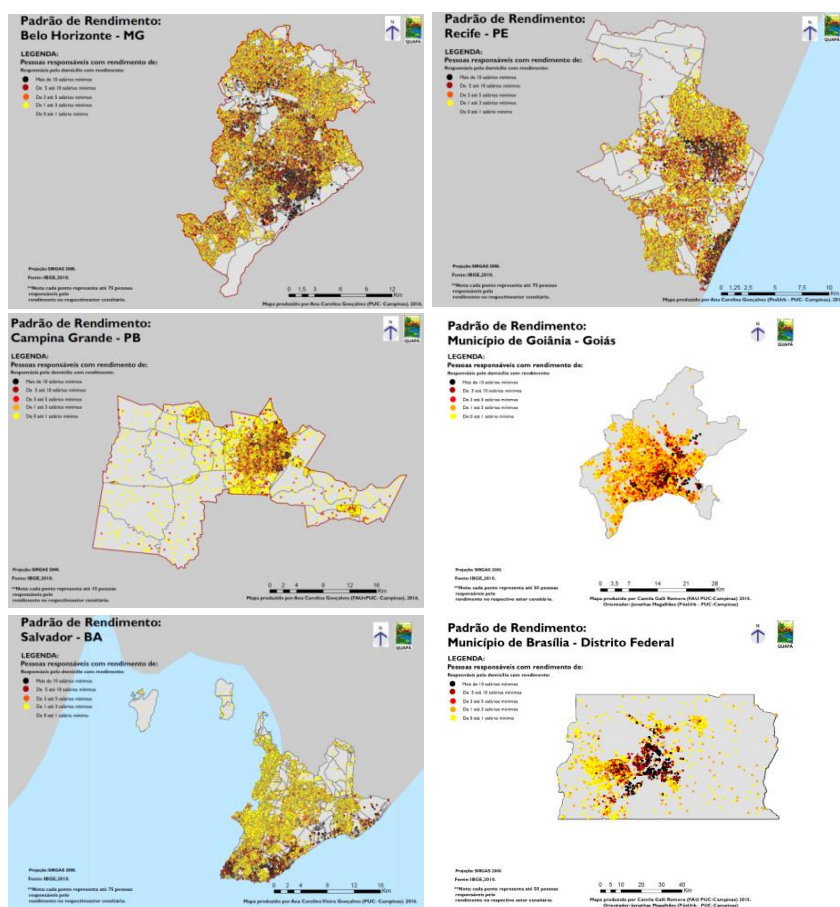


Figura 02: Belo Horizonte – MG; Recife – PE; Campo Grande – MS; Goiania - GO, Salvador - BA, Brasília – DF.

## MÉDIAS E ALTAS RENDAS DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELOS DOMICÍLIOS AO LONGO DE UM VETOR.

Os municípios do Rio de Janeiro – RJ; Natal – RN; São Luiz – MA; João Pessoa – PB e Fortaleza – CE têm como característica comum terem um vetor onde se concentram as médias e altas rendas das pessoas responsáveis pelos domicílios. No caso Região Metropolitana de Campinas - SP As médias e altas rendas das pessoas responsáveis parecem estar associados às áreas de maior renda per

capta em função do domicílio sem necessariamente estar relacionado a oferta de empregos de maiores renda no local de residência.

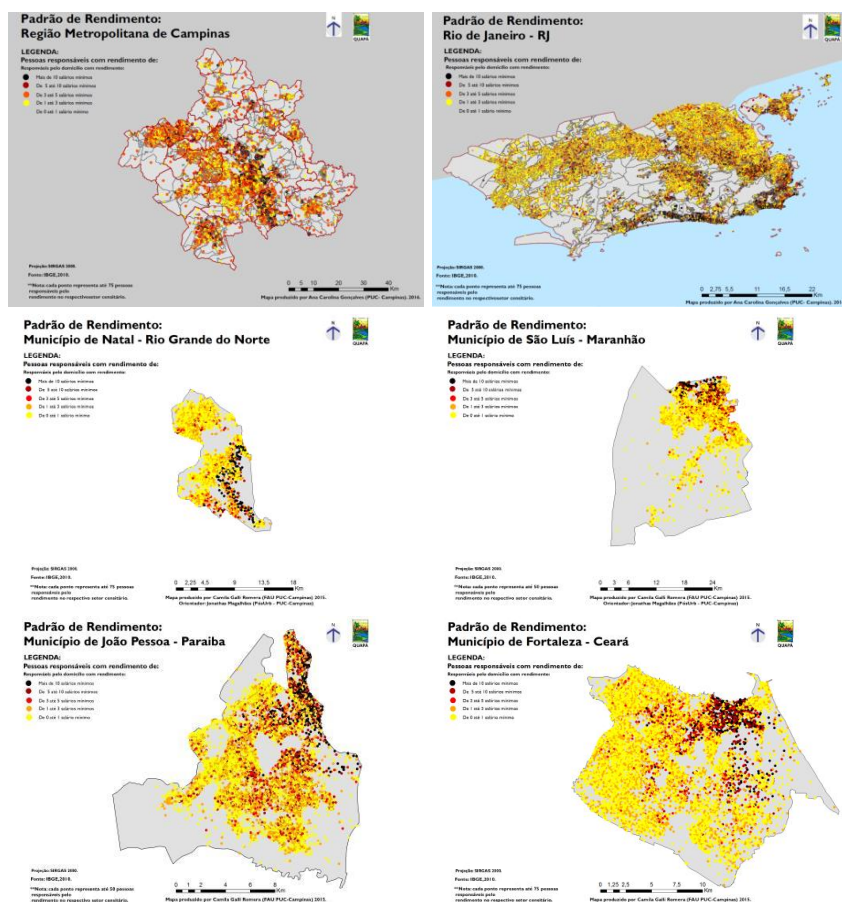


Figura 03: Rio de Janeiro – RJ; Natal – RN; São Luiz – MA; João Pessoa – PB e Fortaleza – CE

### MÉDIAS E ALTAS RENDAS DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELOS DOMICÍLIOS EM NÚCLEOS DISTANTES DO CENTRO.

Nos municípios de Uberlândia – MG; São Carlos – SP e Sorocaba - SP as médias e altas rendas das pessoas responsáveis pelos domicílios localizam-se nas bordas da área urbana.

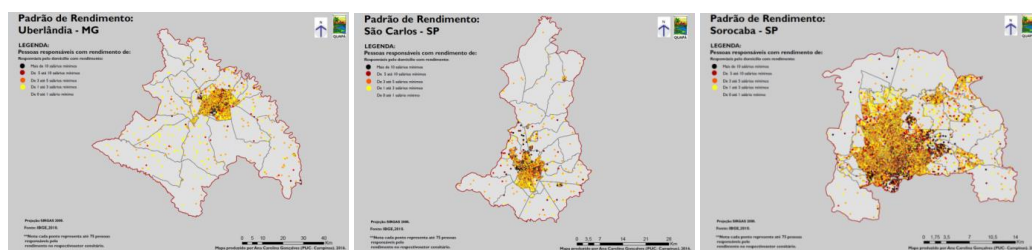


Figura 04: Uberlândia – MG; São Carlos – SP e Sorocaba - SP



## BAIXAS E MÉDIAS RENDAS DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELOS DOMICÍLIOS PREPONDERANTES.

Nos municípios contidos na região metropolitana da Baixada Santista - SP; Uberaba – MG e Santa Maria - RS as baixas e médias rendas das pessoas responsáveis pelos domicílios são preponderantes sem haver uma concentração significativa de responsáveis de domicílios com altas rendas. No caso da Região metropolitanas da Baixada Santista, quando aproximamos a análise para os municípios de Santos Guarujá a concentração de médias e altas rendas são ainda bastante pontuais.

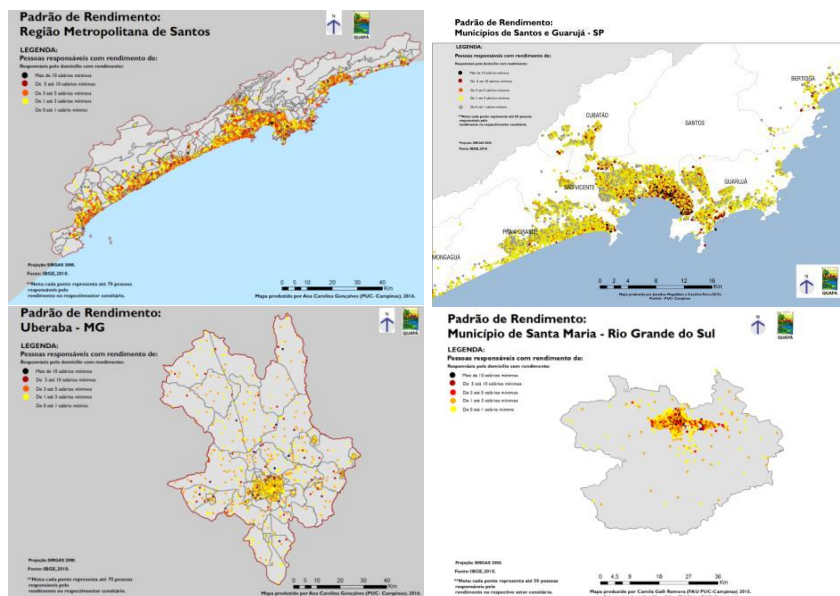


Figura 05: Região Metropolitana da Baixada Santista - SP; Ampliação com Santos e Guarujá - SP; Uberaba – MG e Santa Maria - RS

## MUNICÍPIOS COM GRANDES TERRITÓRIOS

Destacamos como um padrão os municípios que possuem um grande território municipal existindo pequenos núcleos urbanos onde é preponderante a baixa renda da pessoa responsável de domicílio



Figura 06: Campo Grande – MS; Manaus – AM; Macapá – AP; Rio Branco – AC

## MUNICÍPIOS COM DOIS NÚCLEOS DISTINTOS

Os Municípios de Palmas, TO e Belém – PA se destacam dos demais pela existência de duas áreas que se diferenciam pelos padrões de renda. Enquanto Palmas tem uma concentração de altas e médias rendas de responsáveis por domicílio na área pertencente ao plano original da cidade, ao sul, fora da área planejada, percebemos a concentração das baixas e médias rendas fruto do processo de ocupação (SILVA, 2009). Já no município de Belém as altas e médias rendas são concentradas mais próximas às áreas centrais enquanto ao norte a concentração de baixa renda é predominante. Entretanto é necessário ponderar que esta região de Belém é uma região de veraneio da elite local conhecida como Ilha do Mosqueiro. O resultado obtido pode ser explicado pela ocasião da coleta de dados não ter coincidido com período de veraneio, desta forma os dados coletados foram dos moradores do local que tem suas baixas rendas associadas a serviços prestados aos proprietários desta localidade.

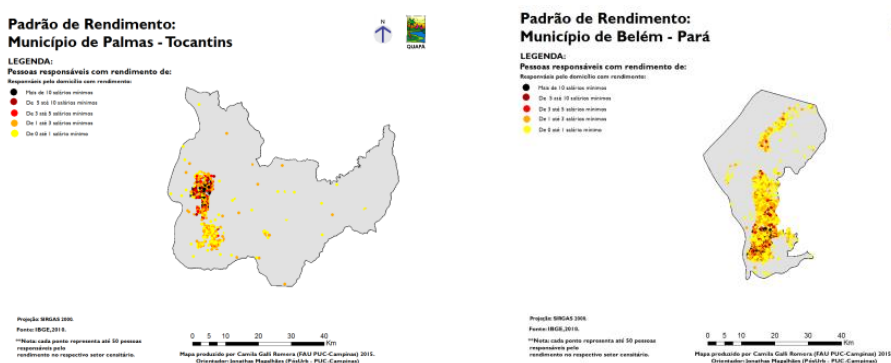


Figura 07: Palmas – TO; Belém - PA

## PREPONDERÂNCIA DAS MÉDIAS E ALTAS RENDAS.

Dos sete padrões identificados, este foi o que mais nos gerou estranheza, pois nos mapas de renda das pessoas responsáveis pelos domicílios dos municípios de: Curitiba – PR; Maringá – PR; Florianópolis – SC e Criciúma – SP entre outras existe uma preponderância das médias e altas rendas das pessoas responsáveis pelos domicílios uniformemente distribuídos pelo território municipal, havendo ainda uma redução sensível das baixas rendas.

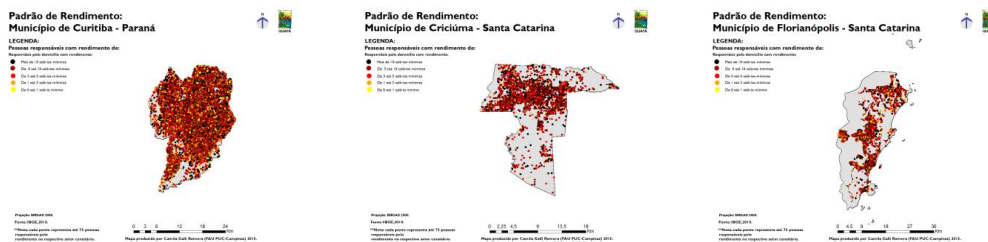


Figura 08: Curitiba – PR; Florianópolis – SC e Criciúma – SP

Na tentativa de investigar mais este inesperado padrão identificado tomou-se o município de Curitiba para fazer algumas averiguações. Curitiba é enaltecida como cidade diferenciada pela estruturação de sua mobilidade e simultaneamente duramente criticada por diferentes autores em função do processo de segregação socioespacial metropolitana (OLIVEIRA, 2000; SANCHEZ, 1997; SOUZA, 1999). Partiu-se, como hipótese que o processo de segregação promovido pelo

planejamento do município de Curitiba, já bastante estudado, teria induzido a fixação, nos municípios do entorno, de responsáveis por domicílio com menor renda e, portanto ao elaborarmos o mapa de Curitiba com os municípios do entorno identificaríamos as baixas rendas além da fronteira. Entretanto ao desenvolver o mapa da região metropolitana de Curitiba as baixas rendas ainda não se destacaram no mapa, reafirmando nossa estranhesa.

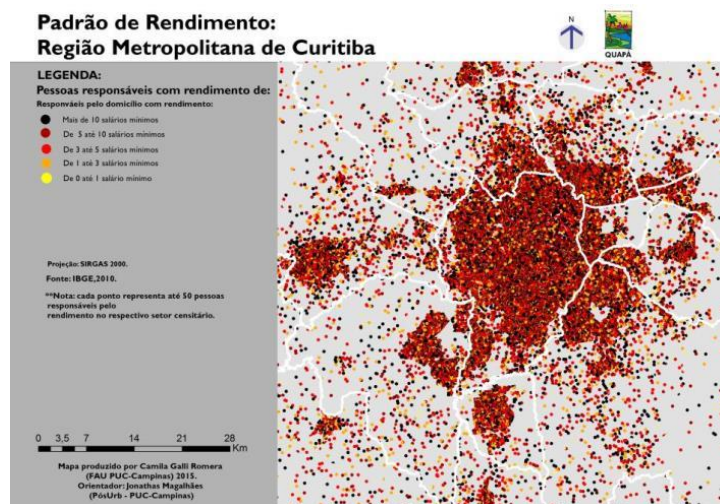


Figura 09: Curitiba e municípios do entorno – PR; mapa por renda da pessoa responsável do domicílio; um ponto representa 50 domicílios

Resolvemos então aumentar a precisão do mapa tornando cada ponto relativo a um único responsável por domicílio. Desta forma, mesmo que em menor número, as baixas rendas seriam percebidas. Entretanto uma nova questão surge com o resultado obtido. As menores rendas das pessoas responsáveis pelos domicílios se concentram no centro da região metropolitana (figura 10) estando predominantemente no município de Curitiba. Qual a explicação? Análises sobre as diferentes rendas de Curitiba demonstram e justificam a presença de baixas rendas mensais no município (CARVALHO, 2014).

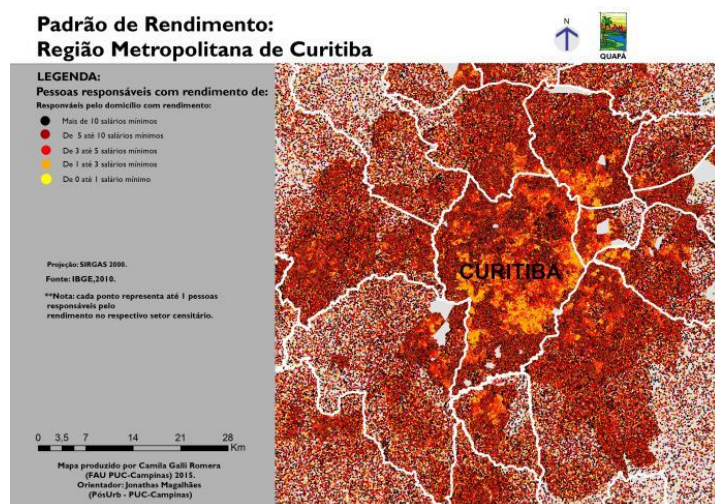


Figura 10: Curitiba e municípios do entorno – PR; mapa por renda da pessoa responsável do domicílio; um ponto representa 1 domicílio

O mapa de renda elaborado utilizando a tabela de renda média per capita do domicílio confirma os cenários já discutidos em diferentes trabalhos (CARVALHO, 2014).

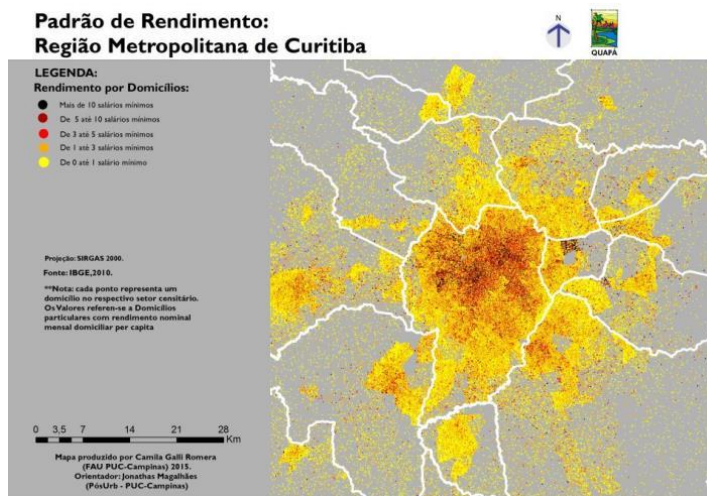


Figura 11: Curitiba e municípios do entorno – PR; mapa por renda média do domicílio per capita; um ponto representa 1 domicílio

Mas não respondem a razão do padrão identificado. Como colocado no início do texto não trazemos respostas e sim questionamentos. O que significa esse padrão predominante por todo o território metropolitano de Curitiba e de outras municipalidades brasileiras indicando que grande maioria das pessoas responsáveis de domicílios tem rendas médias acima de 5 salários mínimos?

Considerando que outras cidades brasileiras apresentam padrões bastante distintos e que se aproximam de mapas de renda que utilizam a tabela de renda média per capita do domicílio regiões como é o caso de Recife.

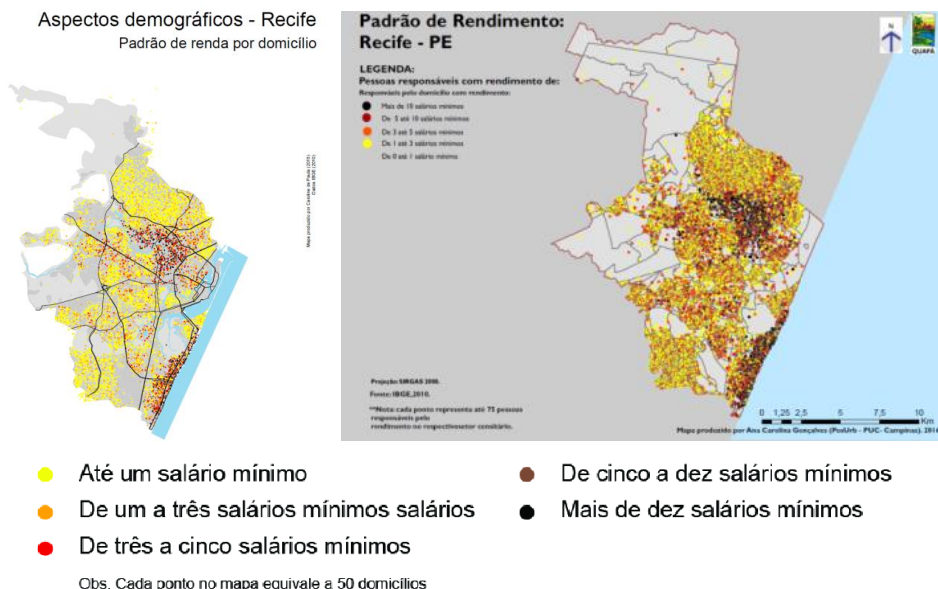


Figura 12: Recife – PE; mapa por renda média do domicílio per capita (esquerda) e mapa por renda da pessoa responsável do domicílio (direita); um ponto representa 50 domicílios

Pode-se partir de duas hipóteses iniciais possíveis: a) o método da coleta de dados efetuado pelo IBGE gerou um erro que influi nos resultados em alguns municípios; b) de fato existe um padrão de distribuição de renda onde os responsáveis por domicílio, em alguns municípios brasileiros, têm rendas acima de cinco salários. A primeira hipótese não se descarta, entretanto é bastante improvável frente ao esforço do IBGE em homogeneizar os dados. Seria mais provável termos uma dificuldade de interpretação destes dados. Caso consideremos a segunda hipótese a boa renda da pessoa responsável do domicílio seria diluída ou potencializada na medida em que existe, ou não, oportunidades de rendas, para os demais membros do domicílio. Estas oportunidades estariam ligadas as condições de inserção urbana das diferentes localidades? As condições locais resultam em diferentes formas urbanas? Existe alguma relação entre estes padrões de renda e a forma urbana?

## RENDA E FORMA URBANA

A pesquisa busca relacionar cada um dos padrões de renda encontrados nas cidades brasileiras com os seus respectivos aspectos morfológicos. No presente artigo apresentamos de forma preliminar a análise de três estudos de caso: Brasília, Salvador e Recife que pertencem ao grupo do primeiro padrão de renda que identificamos, isto é, municípios onde as médias e altas rendas se concentram em áreas bem definidas formando um único núcleo

No processo de análise trabalha-se com três mapas:

- 1 – Mapa de “Aspectos Morfológicos” que tem legendas específicas para os padrões encontrados em cada cidade.
- 2 – Mapa de “Aspectos Demográficos”, desenvolvido a partir da tabela de renda média domiciliar per capita.
- 3 – Mapa de renda das pessoas responsáveis de domicílios desenvolvido a partir da tabela disponibilizada pelo IBGE : ResponsavelRenda\_UF.xls.

No caso de Recife as maiores rendas tem localização coincidente com as quadras verticalizadas que no caso deste município são compostas por torres com mais de 30 andares. As menores rendas tem localização coincidente com edificações horizontais de pequeno porte.

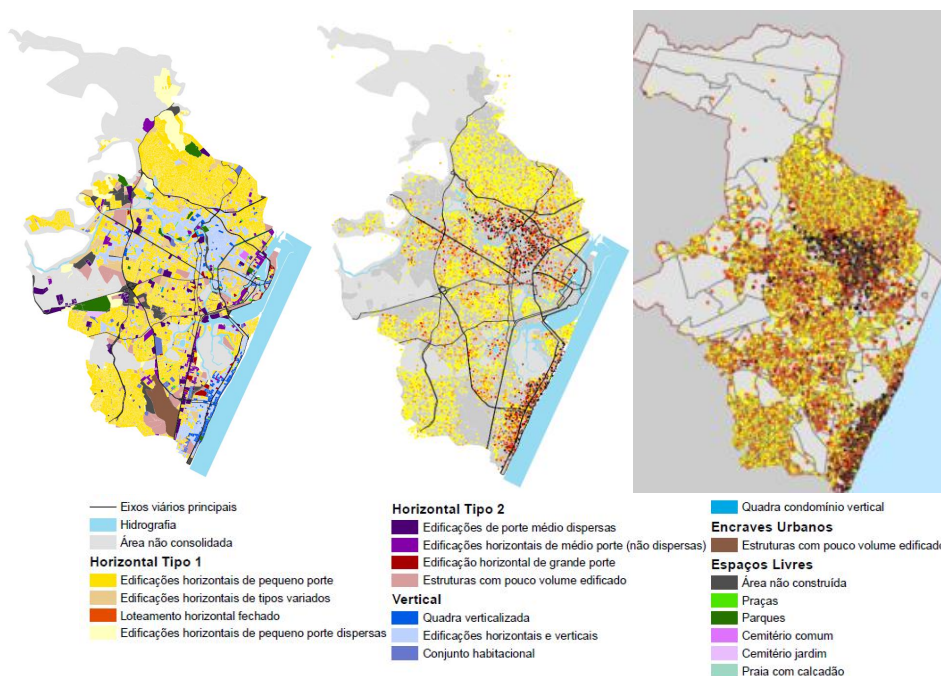


Figura 13: Aspecto Morfológico (esquerda); Aspectos demográficos (Centro); Mapa de Renda por responsáveis de domicílio (direita); Legenda do mapa de aspectos morfológicos de Recife.

Já no caso de Brasília as maiores rendas têm localização coincidente com os loteamentos horizontais fechados, superquadras na área do plano piloto e de quadras verticalizadas no caso do bairro de Águas Claras. As baixas rendas tem localização coincidente com edificações horizontais de pequeno porte e médio porte.

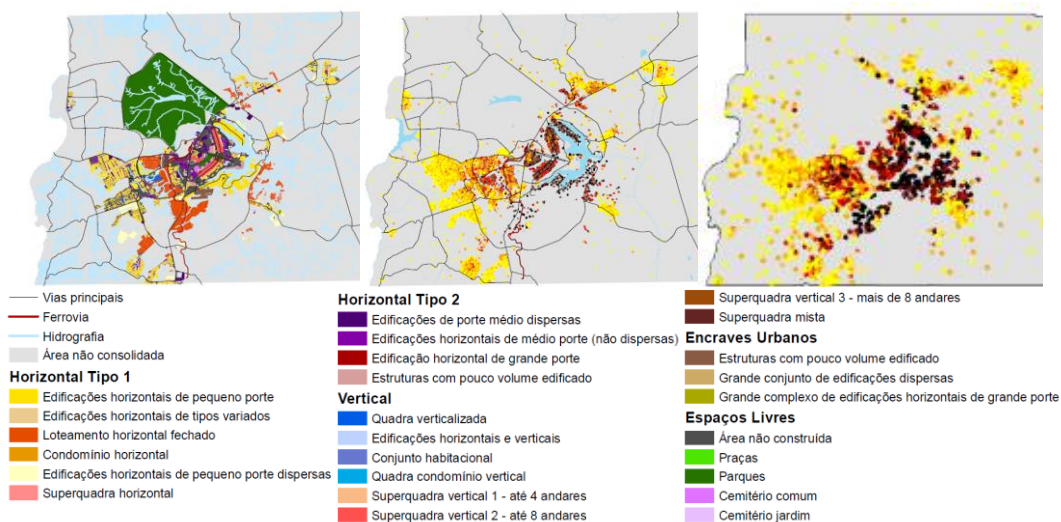


Figura 14: Aspecto Morfológico (esquerda); Aspectos demográficos (Centro); Mapa de Renda por responsável de domicílio (direita); Legenda do mapa de aspectos morfológicos de Brasília.

No município de Salvador as maiores rendas têm localização coincidente com as quadras de condomínio vertical e quadras verticalizadas nas localidades da Barra e Pituba. Nas localidades do Jaguaribe e Praia Stella Maris, a noroeste, existe uma concentração de responsáveis por domicílios com média e alta renda que coincide com edificações horizontais de pequeno porte. As baixas rendas tem localização coincidente com edificações horizontais de pequeno porte e médio porte.

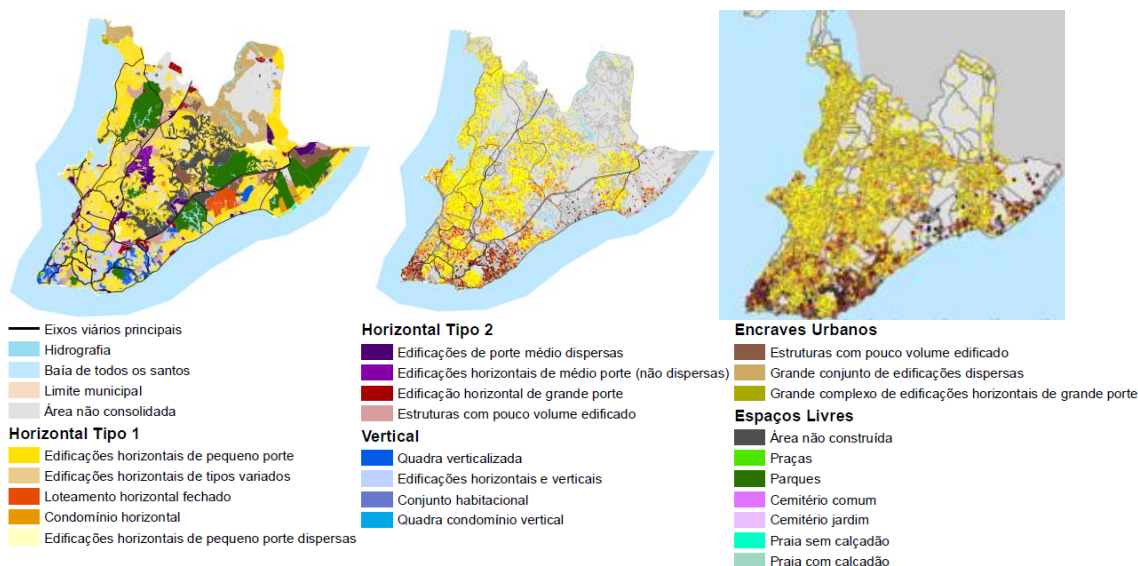


Figura 15: Aspecto Morfológico (esquerda); Aspectos demográficos (Centro); Mapa de Renda por responsáveis por domicílio (direita); Legenda do mapa de aspectos morfológicos de Salvador.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos no presente artigo as relações entre verticalização e renda onde apesar das análises serem ainda bastante preliminares é possível estabelecer uma relação entre tipos morfológicos e padrões de localização de renda sobre o território urbano lançam uma serie de questões:

- Existe relação entre a localização das rendas e a forma urbana?
- Será esta relação tão óbvia ou varia conforme a cultura e suporte físico local?

Para que avancemos nos estudos das cidades brasileiras é necessário reconhecer a existência de diferentes contextos de padrões de localização de renda, assim como de tipos morfológicos. Parece-nos fundamental identificarmos os padrões existentes. Entretanto é necessário que os padrões sejam identificados pela análise empírica e não fruto de uma construção prévia que corre o perigo de não se ater a realidade. Cabe ainda investigar outras questões:

- Os padrões identificados de renda, que indicam diferentes contextos de distribuição de renda, interferem na forma urbana? É possível estabelecer uma relação?
- O padrão de indica uma boa distribuição das pessoas responsáveis dos domicílios de média e alta renda sobre o território municipal tem influência na forma urbana e sua estrutura de mobilidade?

- As oportunidades de emprego e padrões de distribuição de renda podem de forma combinada interferir na forma urbana?

Muitas das questões lançadas aqui dependem de um saber convergente que trabalhe por meio de uma maior interdisciplinaridade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENFATTI, Denio M.; QUEIROGA, Eugenio F.; SILVA, Jonathas M. Transformações da metrópole contemporânea: novas dinâmicas espaciais, esfera da vida pública e sistemas de espaços livres. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v.12. n.1. p. 29-43. maio 2010.

CANO, W. Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005. São Paulo: Unesp, 2008.

CARVALHO, A. S. Vivendo às margens: Habitação de Interesse Social e o processo da segregação socioespacial em Curitiba. Florianópolis: PGAU-UFSC. (Dissertação (Mestrado PGAU), 2014.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. Morfologia urbana e desenho da cidade. Fundação Calouste Gulbenkian & Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Lisboa. P. 592. 1992

MACEDO, S. S.; CUSTÓDIO, V ; GALENDER, Fany C ; QUEIROGA, e ; ROBBIA, F. . Os Sistemas de Espaços Livres e a Construção da Esfera Pública Contemporânea no Brasil. Uma Rede de Pesquisa em Âmbito Nacional. *Paisagem e Ambiente*, v. 23, p. 286-297, 2008.

MALDONADO COPELLO, María Mercedes. ¿Es posible anticiparse a la urbanización informal?: Reflexiones a partir de la Operación Urbanística Nuevo Usme, Bogotá, y del Macroproyecto Ciudadela Gonzalo Vallejo Restrepo, Pereira (Colombia) IN: LARANGEIRA, Adriana. Regularización de Asentamiento Informales en América Latina. Cambridge, EUA. CD Lincoln Institute of Land Policy, 2007. p. 324-343.

OLIVEIRA, D. Curitiba e o mito da cidade modelo. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

SANCHEZ, F. E. G. Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing, Curitiba: Palavra, 1997

SILVA, J.M.P. Segregação Socioespacial: Contradições Presentes em Palmas/TO. *Revista Risco V9*. São Carlos. p.124-132. 2009.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista, IN: MARICATO, Ermínia (Org.) A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Editora. Alfa-Omega Ltda, 1979. p.21-36.

SOUZA, N. R. Planejamento urbano, saber e poder. O governo do espaço e a população de Curitiba. São Paulo: Tese de doutorado – USP – FFLCH, 1999.

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Fapesp, 2001..